

**ANA MARIA CAMARGO E SILVANA GOULART. CENTROS DE MEMÓRIA: UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO. S.PAULO, EDIÇÕES SESC, 113P.**

---

Por Elias Thomé Saliba.

Na kafkiana Enciclopédia dos mortos, do escritor iugoslavo Danilo Kis, a vida daqueles falecidos sobre os quais não sabemos absolutamente nada encontra-se ali, completa, detalhada e inteiramente documentada. Tudo o que foi considerado irrelevante pelo armazenador cultural está ali arquivado em inúmeras salas, rigorosamente organizadas em ordem alfabética. Seria um arquivo semelhante à memória de Irineu Funes, aquele fantástico personagem de Jorge Luis Borges - um doente crônico afetado pela total incapacidade de esquecer. Entre muitas outras coisas, a ficção de Kis antecipa e projeta o surgimento - no futuro cada vez mais próximo desta acelerada era digital -, de um arquivo totalmente automático, que poderia esquecer e lembrar por si próprio, como um megacérebro, com estrutura tecnológica similar aos neurônios do cérebro humano.

Enquanto esta ficção megalomaniaca não se realiza e todos respiramos aliviados, é cada vez mais urgente repensarmos, nesta era digital, o destino de nossas bibliotecas, arquivos e museus. É nesta direção que caminham Ana Maria Camargo e Silvana Goulart em *Centros de Memória: uma proposta de definição*. (Edições Sesc, 113p., R\$40,00) uma oportuna e atualizada reflexão sobre nossas (cada vez mais) desmaterializadas e voláteis instituições da memória. O uso cada vez mais intensivo de recursos digitais acabou por dissolver quase por completo as barreiras entre arquivos, museus e bibliotecas. Lembrando vagamente aquela ficção de Kis, já assistimos aos efeitos devastadores da chamada digitalização selvagem, na qual se abandona apressadamente aquele criterioso e requintado processo de identificação e seleção dos documentos em troca da sua mera reprodução mecânica.

No caso brasileiro, foi só a partir dos anos 1980, na conjuntura de redemocratização do país que começaram a surgir, em estreita relação com organizações públicas ou privadas, os centros de memória. Modismo ou não, tais centros passaram a interessar clubes esportivos, universidades, escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos e inúmeras outras entidades – além, é claro, de grandes empresas. Qual o destino daqueles documentos que perdem suas funções imediatas dentro de uma organização? Transformar-se em massa inerte e estéril chamada, nem sempre de modo incorreto, de “arquivo morto”, ou servirem apenas de ornamento histórico, retirando seu fascínio apenas de sua antiguidade? Como os centros de memória lidam com a preservação de referências do passado e como

se dá a relação entre registro e conservação no contexto recente dos novos meios de armazenamento digital?

As autoras, especialistas de larga experiência na matéria, examinam em detalhes alguns dos bons e maus exemplos concretos de várias instituições e empresas brasileiras que criaram organismos que se autodenominam centros de memória: ausência de uma política documental; investidas de caráter apenas salvacionista de acervos semidestruídos; desconhecimento do perfis profissionais dos arquivologistas e incapacidade dos centros de incorporar as rotinas corporativas - reforçando a visão do senso comum de que estes não passam de entidades supérfluas e onerosas, sempre os primeiros nas listas do desmonte ou das reduções orçamentárias. Mais do que sustentarem-se apenas em bases comemorativas ou recontarem a saga dos empresários fundadores, as autoras esboçam um futuro para os centros de memória e nos mostram como eles podem transformar-se em instrumentos de fortalecimento da identidade institucional, fiadores da responsabilidade histórica e veículos de transmissão de valores.

Distanciando-se da frenética utopia de Danilo Kis e seguindo o caminho do antirrelógio - que vai do presente ao passado – o livro recomenda que os acervos precisam ser organizados a partir dos mesmos referenciais que justificaram a produção e a guarda dos documentos que o integram. As autoras não se furtam às indicações práticas e sugestões prospectivas. Tarefa difícil, senão quase impossível, no ambiente digital contemporâneo, onde é difícil resistir à tentação de tudo armazenar e de tudo compartilhar. Afinal, saber esquecer é não apenas uma arte, mas uma sorte. O que faz lembrar o vaticínio de Baltasar Gracián, que já no século 17, escreveu: “As coisas que gostaríamos de esquecer são as que de melhor nos lembramos. A memória não só tem a incivilidade de não suprir esta necessidade, mas também a impertinência de, muitas vezes, aparecer a despropósito”.

-----  
Elias Thomé Saliba é historiador, professor da USP e autor, entre outros, de “Raízes do Riso”.